

NOTA TÉCNICA Nº 004/2024

Florianópolis/SC, 18 de dezembro de 2024.

ÁREA TEMÁTICA: Políticas Públicas da FECAM – Saúde.

TÍTULO: Estratégias de Controle da Dengue em Santa Catarina.

REFERÊNCIAS:

Lei nº 13.301/2016: Dispõe sobre a adoção de medidas de vigilância em saúde quando verificada situação de iminente perigo à saúde pública pela presença do mosquito transmissor do vírus da dengue, do vírus chikungunya e do vírus da zika - <https://legis.senado.leg.br/norma/602526/publicacao/15644053>

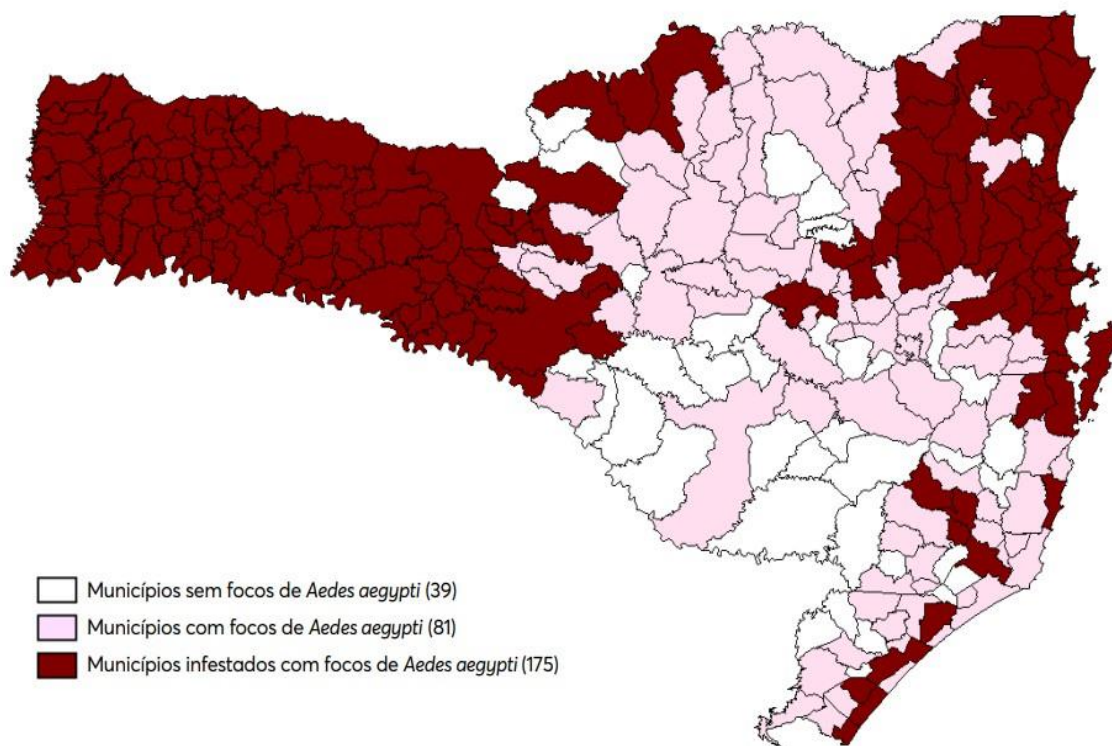
Informe Epidemiológico de Dengue - SC, nº 32/2024. DIVE/SC. Disponível em: <https://dive.sc.gov.br/phocadownload/doencas-agrivos/Dengue/Informes/2024/Informe-epidemiologico-dengue-sc-32-2024.pdf>

Boletim Epidemiológico Volume 55, nº 11. Ministério da Saúde, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2024/boletim-epidemiologico-volume-55-no-11.pdf>

1. INTRODUÇÃO

A dengue continua a ser uma preocupação importante para a saúde pública em Santa Catarina. Entre **31 de dezembro de 2023 e 02 de dezembro de 2024**, foram registrados **63.116 focos do mosquito *Aedes aegypti*** em **256 municípios catarinenses**, representando **86,78%** do total de 295 municípios no estado. Desses, **175 municípios (59,32%)** foram classificados como infestados, conforme critérios de disseminação e manutenção de focos, ilustrado na **Figura 1**.

FIGURA 1. Mapa dos municípios segundo a situação entomológica. Santa Catarina, 2024*.



Fonte: SINAN On-line. *Dados atualizado em 02/12/2024.

Embora a presença de focos seja monitorada constantemente em todo o estado, é fundamental destacar que as autoridades de saúde estão acompanhando de perto o cenário atual, implementando ações contínuas de prevenção. A situação não é alarmante, mas sim um indicativo da necessidade de vigilância ativa e da mobilização da comunidade para o controle do vetor. A classificação de infestação reflete a persistência dos focos ao longo do tempo, o que exige medidas de controle localizadas e uma abordagem estratégica para prevenir surtos de doenças como dengue, zika e chikungunya.

Esse cenário reforça a ampla disseminação do mosquito *Aedes aegypti* em Santa Catarina, destacando a importância de fortalecer as ações de vigilância e controle tanto em nível estadual quanto municipal. A visualização geográfica apresentada no mapa (Figura 1) ilustra de forma clara as regiões com maior risco, ressaltando a necessidade de estratégias integradas para mitigar os riscos das arboviroses transmitidas pelo mosquito. O monitoramento contínuo e as estratégias de controle, com foco especial nos municípios classificados como infestados, são essenciais para garantir a eficácia das ações de combate e prevenção.

2. ESTRATÉGIAS PARA AÇÃO COORDENADA NOS MUNICÍPIOS:

A Nota Informativa Conjunta nº 015/2023, elaborada pela DIVE/SUV/SES/SC e FECAM, recomenda que as prefeituras municipais de Santa Catarina adotem medidas de controle do mosquito *Aedes aegypti* de forma coordenada e integrada, conforme detalhado no documento disponível: <https://dive.sc.gov.br/phocadownload/notas-informativas/notas-informativas-2023/NI15.2013.pdf>

2.1 Implantação do Comitê Municipal:

Implantar Comitê Municipal de Mobilização, Fiscalização, Combate e Controle do *Aedes aegypti* nos municípios infestados, envolvendo diferentes órgãos da gestão municipal, Conselho Municipal de Saúde, além de representantes de instituições, entidades da sociedade civil e de cunho social e órgãos públicos. O objetivo é constituir uma rede de mobilização social para prevenir a transmissão da dengue no município.

2.2 Execução das Diretrizes Estaduais:

Executar as ações previstas nas Diretrizes Estaduais para a Vigilância epidemiológica e Controle das Arboviroses (documento pactuado através da Deliberação 693/CIB/2023), considerando o cenário entomológico do município. Disponível no [link](#).

2.3 Vigilância Entomológica:

Manter e fortalecer a vigilância entomológica nos municípios não infestados, realizando a inspeção de armadilhas e pontos estratégicos conforme definido nas Diretrizes Estaduais para a Vigilância Epidemiológica e Controle das Arboviroses. Realizar as atividades de controle em tempo oportuno sempre que ocorrer detecção de focos do mosquito. Disponível no [link](#).

2.4 Integração da Vigilância Epidemiológica e Sanitária:

Reforçar a integração entre a vigilância epidemiológica e sanitária municipal, visando o compartilhamento de informações técnicas voltadas para o cumprimento das legislações

pertinentes referentes à adequação de imóveis residenciais e comerciais, no intuito de evitar a existência de criadouros para *Aedes aegypti*.

2.5 Definição de Territórios Prioritários:

Definir os territórios prioritários a serem trabalhados dentro da área de maior risco, priorizando a execução de ações de controle vetorial nos pontos estratégicos de maior concentração de criadouros.

2.6 Manutenção de Equipes:

Manter agentes de combate a endemias (ACE), garantindo equipes mínimas para desenvolver as ações de vigilância e controle do *Aedes aegypti*, baseado na situação entomológica do município.

2.7 Realização de Força-Tarefa:

Realizar força-tarefa (mutirão) para eliminação de materiais inservíveis e tratamento químico focal dos depósitos que não possam ser eliminados, nas áreas infestadas ou com a identificação de focos do mosquito.

2.8 Inspeção e Tratamento em Depósitos de Difícil Acesso:

Realizar inspeção e tratamento em depósitos de difícil acesso, podendo ser realizado mapeamento aéreo com auxílio de drones.

2.9 Aquisição de Materiais e Equipamentos:

Adquirir materiais de campo e equipamentos de proteção individual (EPIs) para as atividades de campo.

2.9.1 Atuação dos Agentes Comunitários de Saúde:

Garantir a atuação efetiva dos agentes comunitários de saúde (ACS) nas ações de campo e de orientação junto à população para eliminação de condições propícias à proliferação do vetor.

2.9.2 Reforço na Digitação de Notificações:

Reforçar a digitação das notificações e o encerramento de casos no SINAN On-line em tempo oportuno para monitoramento da transmissão das arboviroses nos municípios pelo Estado e Ministério da Saúde.

2.9.3 Investigação de Situações Especiais:

Realizar investigação domiciliar, ambulatorial e/ou hospitalar prioritariamente das situações especiais que podem aumentar o risco de evolução desfavorável de um paciente com dengue, em especial casos graves e óbitos.

2.9.4 Divulgação de Informações:

Divulgar as informações de forma clara, com publicação de boletins diários sobre os casos suspeitos e confirmados.

2.9.5 Ações de Comunicação e Mobilização:

Realizar e fortalecer ações de comunicação e mobilização para o controle do *Aedes aegypti* nas localidades com presença do vetor ou com maior risco para a transmissão.

2.9.6 Plano de Contingência:

Elaborar plano de contingência, contendo responsabilidades e descrevendo as principais medidas a serem adotadas para respostas à emergência de saúde pública e aos eventos climáticos extremos que podem favorecer o aparecimento de doenças como a dengue, devido ao acúmulo ocasionado pelas enchentes.

2.9.7 Organização dos Serviços:

Divulgar para a população a organização dos serviços para atendimento dos pacientes com suspeita de dengue.

2.9.8 Orientação à População:

Orientar a população sobre a importância da hidratação precoce, divulgação dos sinais de alarme e procura precoce de atendimento nos serviços de saúde.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A presente Nota Técnica reforça a importância de ações coordenadas, contínuas e integradas para o controle da dengue em Santa Catarina. Diante do cenário atual, marcado pela ampla disseminação do mosquito *Aedes aegypti* em diversas regiões do estado, é imprescindível que gestores municipais, profissionais de saúde e a sociedade em geral atuem de forma conjunta na implementação das estratégias propostas.

As medidas aqui descritas buscam garantir a proteção da saúde pública, minimizando os impactos das arboviroses sobre a população catarinense. Destacam-se, entre as ações, a formação de comitês municipais, a execução das diretrizes estaduais de controle, o fortalecimento da vigilância epidemiológica e sanitária, além de iniciativas educativas e de mobilização social.

Por fim, o engajamento comunitário e a integração entre os diferentes níveis de gestão são fundamentais para o sucesso das ações e para a redução da incidência da dengue no estado.

RONAN SEBASTIÃO SIMÃO

Supervisor de Políticas Públicas de Saúde

FECAM